

ATA DA 166ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às 09 horas e 17 minutos, no prédio da Reitoria da UERGS, na Rua Sete de Setembro nº 1156, Bairro Centro, em Porto Alegre/RS e simultaneamente nas Unidades da Uergs em Caxias do Sul (Av. Júlio de Castilhos, 3947), Cruz Alta (Rua Andrade Neves, 336), Sananduva (Avenida Fiorentino Bachi, 311), Tapes (Rua Oscar Matzembacher, 475) e Três Passos (Rua Cipriano Barata, 47), reuniu-se o Conselho Superior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul para a Centésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária, presidida pela Conselheira-Presidente, Reitora Arisa Araujo da Luz. Presentes, os Conselheiros, Alex Fabian Bottin, Anor Aluízio Menine Guedes, Armgard Lutz, Clódís Andrades Filho, Eliane Maria Kolchinski, Ernane Pfüller, Fabrício Soares, Fernanda Magalhães Stalliviere, Ismael Ramadam, João Carlos Coelho Junior, Maria Clara Ramos Nery, Márlon de Castro Vasconcelos, Suzana Kazue Kagawa, Taís Pegoraro Scaglioni, Vinícius Leônidas Curcio, Wagner dos Anjos Mendonça. Justificaram suas ausências os conselheiros, Benjamin Dias Osório Filho, Éderson Gustavo de Souza Ferreira, Loiva Lisete Schwinn, Mastrangêllo Enivar Lanzasova e Vivian Pontes Sales Ricardo. Não justificaram suas ausências os conselheiros Antônio Leite Ruas Neto, Janaina Carneiro da Silva, Márcio Adriano Cantelli Espindola, Paulo Diógenes Quevedo Borges, Renato de Oliveira e Rodrigo Koch. A Conselheira-Presidente Arisa Araujo da Luz confere o quórum para dar início a sessão, dá posse ao representante do corpo técnico Aléx Fabian Bottin, diz que a pedido do professor Benjamin coloca em votação a retirada no ponto 10 da pauta que é Deliberar sobre a proposta de criação de banco de intenções de transferência interna docente na Universidade, tendo em vista que ele gostaria de participar das discussões. A solicitação de retirada do ponto foi aprovada por unanimidade de votos. A presidente diz que foi solicitada a inclusão de um ponto que é Homologar o termo de inicial do mandato da Comissão Permanente de Pessoal Técnico e de Apoio Administrativo – CPPTA. Relatora: Conselheira Suzana Kazue Kagawa, passando a ser o ponto 10 da pauta. Inclusão aprovada por unanimidade de votos. Diz que há mais uma solicitação de inclusão que é deliberar sobre a criação de Programa de bolsa-auxílio estudo, para alunos do Curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos que ingressaram nessa graduação na Unidade de São Borja. Relator: Ismael Ramadam, passando a ser ponto 11 da pauta. Inclusão aprovada por unanimidade de votos. Após lê mais uma solicitação de ponto que é deliberar sobre a 2ª edição do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado - Unidade em Osório, e ratificar a Resolução Conepe nº 012/2016, aprovada na 38ª Sessão Ordinária. Expediente: 97-1950/16-4 Relator: Clódís de Oliveira Andrades Filho. A solicitação foi aprovada por unanimidade de votos. Após a presidente questiona se mais alguém quer incluir ou excluir mais algum ponto da pauta, lembra que o ponto 11 passou a ser 10, o 12 passou a ser 11 e o 13 passou a ser 12 e os assuntos gerais, questiona se alguém quer fazer alguma inclusão nos assuntos gerais. A professora Armgard solicita incluir o Programa de Formação Continuada de Docentes – PFCD. Após a presidente coloca em votação a ordem do dia exatamente como está posta com as inclusões. A ordem do dia foi aprovada por unanimidade de votos. Em seguida a presidente esclarece que há 45 minutos disponíveis para comunicações, diz que espera não ser necessário utilizar todo esse tempo, mas quer fazer algumas colocações. Comenta que hoje e amanhã ter-se-á o terceiro seminário de governo e que o professor Vinícius irá representando todos os diretores regionais da Universidade. Também estarão presente a reitora Arisa, professora Eliane, professor Ismael, professor Aaron e o professor Clódís. Diz que é um convite aberto também aos conselheiros. Lembra que a Universidade completa 15 anos e que há muitas conquistas. E se hoje a Uergs já está pensando em outras questões que nos fortalecerão cada vez mais, é porque ela teve professores, funcionários e acima de tudo alunos que foram extremamente guerreiros. Diz que as comemorações dos 15 anos ocorreram dia 11 às 15 horas no campus central. Ressalta o trabalho da comunicação, diz que se teve uma excelente divulgação nos jornais da capital. Agradece a todas as unidades pela divulgação que foi feita sobre os 15 anos da Universidade. Após passa a palavra à professora Maria Clara que fará um relato sobre a visita ontem na Assembleia Legislativa. A professora Maria Clara faz um breve relato, sendo que o assunto era a situação do campus central. Em seguida a presidente passa a palavra ao conselheiro Wagner que solicita fazer uma fala. O conselheiro Wagner diz que aconteceu um problema na unidade onde estuda, em Alegrete, comenta que uma professora lhe cobrou referente a um voto que o conselheiro deu no conselho, sobre a aprovação de cursos novos, especificamente em Tapes. Disse que houve um princípio de discussão e traz esse assunto ao Consun, porque entende que aqui é um representante discente, que foi eleito para isso, e acredita que nenhum outro representante possa interpelar alguém por causa de um voto. Que esse voto foi passado a essa professora e que o conselheiro foi ironizado, na medida em que o diretor regional votou contra e ele

58 como discente votou a favor, mas isso não significa que ele deveria votar de acordo com o diretor
59 regional. Que essa situação não é a primeira vez que acontece que já foi feito em uma reunião do Consun
60 com outro colega que à época era representante discente. Diz que resolveu trazer a público porque não foi
61 a primeira vez, que a professora é reincidente e que nada acontece. Que no caso do ex-representante, a
62 professora conseguiu coagir, mas o conselheiro Wagner diz que isso não irá acontecer com ele. Solicita
63 que fique registrado em ata para o caso de que aconteça alguma perseguição. A presidente esclarece que o
64 conselheiro Wagner chegou e questionou-a sobre como eram os três seguimentos, ela disse que cada
65 seguimento é autônomo, acredita que tanto no quadro de professores quanto no de funcionários, jamais
66 haverá qualquer tipo de ação que coíba. A presidente comenta que há também o assunto em relação ao
67 PDI, comenta que a Universidade está na construção do PDI e que este é um momento muito importante
68 para a Universidade. Diz que é necessário que toda a comunidade acadêmica se envolva e solicita aos
69 conselheiros que se apropriem cada vez mais dessas discussões. Que esse é um documento balizador de
70 todas as ações da Universidade. Após a presidente questiona se mais alguém tem alguma questão para
71 apresentar. O conselheiro Éderson solicita comunicar que está saindo da reunião, pois está indo
72 representar a comissão do DCE da Uergs em São Paulo. O professor Ernane solicita lembrar a todos que
73 amanhã é o último dia de inscrições dos trabalhos para o Siepex. Após a presidente passa para o ponto 2
74 da pauta que é aprovar as atas das sessões 161^a extraordinária e 162^a extraordinária: lembra que as atas já
75 foram para os conselheiros com antecedência e que as sugestões de alteração já foram feitas. Questiona se
76 algum dos conselheiros quer se manifestar, em não havendo manifestação, coloca então em votação a ata
77 da 161^a sessão extraordinária que foi aprovada por 12 votos a favor e 3 abstenções. Em seguida passa a
78 ata da 162^a sessão extraordinária que foi aprovada por 12 votos a favor e 2 abstenções. O professor
79 Fabrício não votou, pois estava sem áudio. Ato contínuo a presidente passa ao ponto 3 que é referendar as
80 resoluções da reitora que prorrogou *ad referendum*, lembra aos conselheiros que o primeiro *ad*
81 *referendum*, da letra “a”, foi porque não houve quórum no conselho para que se fizesse a votação. Como
82 não houve quórum ficou acertado que seria feito um *ad referendum*, que é prorrogar o prazo da CPPD por
83 60 dias. Após coloca em votação o *ad referendum*. Aprovado por unanimidade de votos. Em seguida
84 coloca em votação também o *ad referendum* da resolução que prorrogou o concurso 014. Aprovado por
85 15 votos favoráveis e 1 voto contrário. O conselheiro Alex Fabian justifica a sua negativa, pois entende
86 que é uma maneira de que se consiga fazer novo concurso. Em seguida passa ao ponto 4 que é deliberar
87 sobre a formação de comissão especial da CPPTA que avaliará os recursos da avaliação funcional 2015
88 do corpo técnico e administrativo da Uergs. Relatora conselheira Suzana. A relatora faz um breve relato,
89 faz a leitura da minuta da portaria com a sugestão de componentes para a comissão e abre para sugestões.
90 Foi sugerido que fosse trocado o nome da funcionária Gisele, pois a mesma entrará de férias e foi
91 colocado o nome do funcionário Alex Fabian, tendo esse aceitado, a comissão foi formada com a seguinte
92 constituição: Daiane de Carvalho Madruga Miranda; Alex Fabian Bottin; Carla Rosane Vieira Rodrigues;
93 Manoel Maciel da Silva. A presidente coloca em votação a comissão que foi aprovada por unanimidade
94 de votos. Em seguida a presidente passa ao ponto 5 que é deliberar sobre o recebimento de imóvel para a
95 Unidade da UERGS em Frederico Westphalen, e indicar como representante legal para efetivação do ato
96 a Reitora Arisa Araujo da Luz, relator professor João. O relator faz um breve relato, diz que foram feitas
97 algumas observações para que as coisas ficassem mais formais. Disse que nos documentos que foram
98 apresentados existe a possibilidade da prefeitura fazer a realização dos projetos executivos. Que na
99 unidade foi feito um acordo para que a prefeitura pudesse fazer os projetos executivos. A Comissão de
100 Assuntos Administrativos, Orçamento e Finanças – CAAOF colocou que era interessante que esse acordo
101 estivesse registrado, para o caso de mudarem os governantes. Há também a questão da viabilidade técnica
102 do terreno e a questão que envolve os recursos financeiros, pois essa questão depende do governo e das
103 emendas parlamentares, e acaba criando uma expectativa na comunidade. A professora Maria Clara
104 solicita esclarecimento em relação aos 10 anos, sendo esclarecida pelo relator que existe um prazo de lei
105 municipal, que quando é feita uma doação é necessário que o terreno seja ocupado num prazo de 10 anos.
106 Se por ventura a Uergs não ocupar esse terreno ele retorna para a prefeitura. O professor Aluizio
107 manifesta uma preocupação que tem em relação a essas estruturas, pois entende que junto com a
108 apreciação de receber ou não uma estrutura, acredita que se deveria ter uma análise mais profunda sobre
109 como se irá tratar essas estruturas na medida em que a Universidade não possui recursos para manter a
110 estrutura que já dispõe. Comenta que a Uergs já recebeu várias estruturas, mas que não há perspectiva de
111 usa-las adequadamente ou minimamente. Questiona qual a posição da Universidade sobre essas estruturas
112 que está recebendo. Porque por enquanto não a Universidade não está sendo cobrada por essas estruturas,
113 e questiona ao professor Ismael quanto a esse fato. O professor Ismael diz que diretamente não, mas o que
114 existe é que a Universidade possui algumas áreas que possuem prazo que a Uergs necessita cumprir, de

115 alguma forma ocupar aquela área sob pena de reversão do patrimônio, acha que essas estruturas não
116 podem vir única e exclusivamente através de doação, elas tem que estar atreladas a alguma emenda, para
117 que se possa construir. Que a área é importante, mas ela possui encargos, possuem despesas que irão
118 gerar ao longo do tempo. O professor Aluizio diz que é exatamente nesse sentido a sua fala, que é
119 necessário que se avalie qual o impacto dessas estruturas para a Universidade, o que representa isso em
120 termos de custos e qual a estratégia da Universidade para viabilizar essas estruturas. O professor João
121 comenta que a ideia de colocar esse item é para deixar a par a população de como funcionam esses
122 trâmites. Diz que o parecer da CAAOF era sobre um processo que já está em andamento e que já foi
123 doado, sendo assim, sugere que antes de ser feito qualquer tipo de tratativa com prefeituras para doação
124 de terreno, que passe primeiro pela CAAOF para que seja levantada essa situação que o professor Aluizio
125 colocou. O professor Fabrício comenta que a conexão está bem complicada em Cruz Alta devido ao
126 temporal, mas que vai tentar fazer algumas considerações. Disse que o processo hoje do projeto
127 executivo, através da prefeitura de Frederico Westphalen já estava concluído, que acredita já estar em
128 elaboração de escritura pública, que os projetos executivos foram entregues para a Universidade no dia 20
129 de maio, que os projetos foram entregues para o setor de projetos especiais da Uergs, (trecho inaudível).
130 Que o prefeito da cidade conhece muito bem a Uergs, ele já possui uma equipe para a execução dos
131 projetos executivos, sendo assim já tem uma visão. Que ele está dando todo o apoio, mas que também é
132 cobrado. Comenta que as colocações do professor Aluizio são muito pertinentes, que a prefeitura de Cruz
133 Alta doou um terreno e que até o momento nada foi construído. Entende que é necessário fazer estratégias
134 de captação de recursos para todas as unidades da Universidade. Após a professora Fernanda, solicita
135 fazer a leitura da mensagem que recebeu de Sananduva, ela acredita ser do professor Ernane: “temos que
136 cuidar o tamanho dos imóveis que recebemos para não impactar muito nos custos fixos da Uergs.
137 Contudo, ter imóveis próprios é fundamental para cada unidade conseguir os recursos externos (trecho
138 inaudível), para pesquisa e extensão, bem como para empréstimos internacionais”. O professor Vinícius
139 diz que fará algumas considerações que de certa forma já foram abordadas. Que a primeira, em relação ao
140 que o professor João comentou, sobre o processo já estar pronto, sem muito que fazer, pois já tinha todo o
141 encaminhamento, e também a comissão não tinha tempo hábil para debater melhor essa situação, que essa
142 é mais uma lembrança que faz. Diz que seguidamente tem ocorrido esse fato, que se está recebendo
143 determinadas demandas para debater, mas que se recebem determinadas demandas com um prazo exíguo,
144 e que está preocupado com esses andamentos internos que se está dando, porque isso demonstra uma falta
145 de organização nossa na própria comissão administrativa e na responsabilidade que se tem ao tratar esses
146 temas. Que ele, por exemplo, mesmo pertencendo a comissão, não quis se manifestar, porque como iria
147 contribuir em uma discussão se não sabia do que se tratava, em que ponto está, sendo assim preferiu se
148 abster de uma manifestação do que fazer uma manifestação qualquer. Que o segundo ponto é em relação
149 ao que o professor Anor falou que é a questão dessas estruturas que a Universidade recebe, e que tem que
150 buscar, evidentemente, mas que muitas vezes, ao invés de ser uma solução para os problemas da
151 Universidade, acabam sendo problemas a mais que terá que resolver. Com por exemplo, a situação de
152 Osório, que o prazo é de 5 anos que está estourando e nada foi construído e hoje o que se tem lá é mais
153 um problemas para ser resolvido. Que não se tem dinheiro para fazer o cercamento daquela área, não se
154 teve condições de fazer um levantamento para saber se havia ou não a ocupação. Assim, entende que está
155 na hora de se fazer uma reflexão, até que momento a Universidade irá parar de agir dessa maneira.
156 Comenta que hoje terá mais uma reunião para tratar desse assunto do terreno de Osório, porém não vê
157 muita perspectiva de solução. Que no caso em que está em pauta, em um primeiro momento se olha e diz
158 que bom, receberemos um terreno com dimensões generosas, mas talvez por uma falta de discussão, de
159 reflexão e de planejamento, talvez a Universidade esteja criando mais um problema. Questiona se existe
160 um planejamento para o passivo estrutural, por exemplo, caso hoje a Universidade receba alguns milhões
161 para construção, saberia onde aplicar esses valores? Sendo esclarecido pela presidente que sim que há
162 toda uma tabela de critérios que há uma ordem. O professor Vinícius questiona então como entra o caso
163 em pauta. A presidente esclarece que ele entra na fila. O professor Vinícius questiona em que posição da
164 fila? O professor Ismael esclarece que ele será primeiro classificado. A professora Eliane comenta que os
165 conselheiros receberam uma planilha com uma parte do orçamento do próximo ano com esses dados. O
166 professor Vinícius questiona se ele contempla a todos os que já estão na fila? Provavelmente não.
167 Questiona se contempla o assunto em pauta? Porque a Universidade tem um prazo de 10 anos, que
168 começa a contar desde já. Entende que se está tomando, hoje, uma posição que somente se verá o real
169 impacto no futuro, mas acha que essas questões devem ser discutidas antes. A presidente reforça que a
170 Universidade, hoje, está discutindo essas questões, antes de estar com a doação pronta, entende que esse
171 fato já é um grande ganho. O professor Fabrício solicita um aparte para fazer um esclarecimento em

172 relação as taxas. Após a presidente comunica aos conselheiros que a secretária do Consun solicitou se
173 manifestar, e questiona se pode dar a palavra à secretária, sendo aprovado por unanimidade. A secretária
174 solicita fazer um esclarecimento quanto à demora de envio dos documentos aos conselheiros. Diz que
175 assim que os documentos chegam à secretaria, e às vezes não tem como enviar o processo, com tempo
176 hábil, ele é digitalizado e enviado a todos, que se a secretaria não receber em tempo hábil, também não
177 tem como enviar. Solicita aos conselheiros, que respondam aos e-mails de convocação, confirmando a
178 presença e se necessitam de material, porque solicitar no dia da reunião, fica muito complicado, pois a
179 secretaria é constituída de uma pessoa e ela possui várias demandas a cumprir. A professora Fernanda diz
180 que complementando a fala da Regina, secretária do Consun, a secretaria dispõe de 72 horas para enviar o
181 material, e que quanto mais cedo for enviado, ela terá tempo para também cumprir com o prazo. O
182 professor Vinícius solicita esclarecer que na sua fala, não é uma crítica à secretaria do Consun, muito
183 menos uma crítica pessoal a Regina que se nota está fazendo o trabalho da melhor forma possível, pois
184 trabalha sozinha. A crítica que faz é quanto ao funcionamento como um todo. A professora Eliane diz que
185 entende que o compromisso deve ser de todos os conselheiros, pois esse ponto de pauta já havia entrado
186 na sessão anterior, e automaticamente passou para essa sessão por falta de quórum, dessa forma cada um
187 dos conselheiros deve saber de suas atribuições e das comissões que fazem parte. Diz que chama a
188 atenção porque é justamente o que o professor Vinícius colocou, é um trabalho de todos. A professora
189 Maria Clara comenta que acha pertinente o que o professor Anor coloca, porque também acha muito
190 complicado, pois Frederico Westphalen já recebeu a área, Cruz Alta já recebeu a área, então de que forma
191 a Uergs pode estabelecer estratégias de captação de recursos para construção. Acha que esse processo é
192 em certo sentido invertido, antes de receber a área, deve-se ter a estratégia de captação ou ter instituições
193 que darão a condição de possibilidade para construção e o que a deixa preocupada é que esse fato poderia
194 ser uma luta junto ao governo do estado, porém nesse momento o governo está se desfazendo dos imóveis
195 e não adquirindo. A presidente solicita que os conselheiros se atenham ao ponto da pauta que é o parecer
196 da CAAOF. O professor João sugere que seja marcada uma reunião da CAAOF, para que os membros da
197 comissão possam estabelecer estratégias e critérios para as próximas doações. A professora Eliane
198 comenta que nos próprios documentos da Universidade existe uma política para que se recebam esses
199 imóveis. O que se pode fazer a partir de agora é se repensar de que maneira a Universidade irá começar a
200 tratar esses assuntos. Porque, o que acontece é que o próprio campus regional articula com a prefeitura,
201 com os órgãos, e não que ela seja contra, mas muitas vezes quando chega na Suplan, já está negociado,
202 então como a Suplan, quanto Universidade irá dizer que não. Assim, talvez seja o momento desse
203 conselho conversar sobre esse assunto e se possível estabelecer algumas estratégias. Diz que respondendo
204 ao professor Vinícius de como fica o imóvel para receber investimento, no primeiro ano em que foi
205 discutido o orçamento da Universidade, foi construída uma planilha de critérios, sendo assim, o imóvel
206 entra nessa planilha de critérios. Após, sugere que se aprove essa proposta de Frederico e que se adote
207 uma metodologia de critérios diferentes, seguindo os próprios documentos legais. A professora Fernanda
208 solicita ler a mensagem que o professor Ernane escreveu: “a discussão da professora Eliane sobre
209 recebimento de imóvel perpassa inclusive os PPC’s dos cursos, por exemplo, para o curso de Agronomia
210 deve-se ter 25 hectares para as aulas práticas, no seu ponto de vista isso é custo excessivo de manutenção
211 para a Uergs, podem-se fazer todas as práticas em parceria com cooperativas, prefeituras, etc. Enfim,
212 como já havia falado precisamos ter imóveis, área e prédios”. O professor João comenta que esse parecer
213 foi feito com base em uma documentação em que ele recebeu e em uma troca com o professor Fabrício,
214 das informações que ele passou, pois ele tinha um conhecimento maior sobre essa proposta, que ponderou
215 sobre questões técnicas e políticas levando em consideração que o processo está quase todo finalizado,
216 então sugere que se retire o parecer e que a CAAOF se reúna e traga na próxima reunião. A professora
217 Maria Clara questiona se o processo já não está finalizado? O professor João diz que está praticamente
218 finalizado, que a escritura pública já está praticamente lavrada. A professora Maria Clara diz que então
219 nesse caso não tem o que fazer, porque como é que a Universidade vai chegar agora para a prefeitura e
220 dizer que não aceita. E daqui para frente sim, que se faça diferente. A presidente solicita lembrar algumas
221 coisas, que existem vários processos de doação e que urge que se façam esses critérios e que se veja de
222 que forma a Universidade irá proceder. Comenta que nesse caso de Frederico, a prefeitura fez a doação.
223 Porém, vamos entrar em período eleitoral e existe um prazo para que não seja feita mais nenhuma doação.
224 Em seguida questiona aos conselheiros se eles estão suficientemente esclarecidos. O professor Anor faz
225 uma sugestão de encaminhamento: de que se vote o parecer, mas que a votação seja vinculada a uma ação
226 da CAAOF juntamente com a Suplan para análise de todas as doações passadas, bem como das futuras
227 doações. O professor João retira a sua sugestão. Em seguida a presidente coloca em votação a sugestão do
228 professor Anor. Encaminhamento aprovado por 13 votos a favor e 2 abstenções. A presidente solicita à

229 CAAOF para que faça urgentemente uma reunião para que se possam dar esses encaminhamentos. O
230 professor Márlon não votou, pois havia saído da reunião. Após a presidente passa para o ponto 6 que é
231 deliberar sobre a inclusão da Aduergs na Comissão que analisará a Resolução nº 08/2010, que trata do
232 processo de encargos docentes, relator professor Ismael. Nesse momento a presidente pede licença para se
233 retirar e solicita que a professora Eliane assuma. Após o relator diz que essa discussão foi feita na última
234 reunião, que não se recorda quem foi o proponente da inclusão. Faz um breve relato sobre o pedido de
235 inclusão da Aduergs na comissão, diz que seu parecer é favorável a inclusão. Comenta que após olhar o
236 processo de uma forma mais detalhada, fará uma crítica aos membros da comissão, a qual também faz
237 parte, que há dentro do processo vários e-mails onde há a tentativa de que se marque reunião da comissão
238 e até o momento não se conseguiu chegar a um consenso. Em seguida a presidente abre para discussão,
239 mas em não havendo manifestação coloca em votação a inclusão da Aduergs na Comissão. A inclusão foi
240 aprovada por unanimidade de votos. O professor Vinícius esclarece seu voto no sentido de que acha
241 pertinente que a Aduergs faça parte da comissão, que talvez tenha sido uma falha do conselho, quando da
242 formação da comissão não ter pensado na inclusão. Por outro lado, o professor Ismael levanta a questão
243 da dificuldade da comissão se reunir, acha que uma das dificuldades é porque ainda não tenha um
244 presidente, e não há um presidente, porque a nossa Universidade é muito democrática, e se decidiu que se
245 faria uma primeira reunião e nessa primeira reunião se escolheria o presidente. Sugere, para que se
246 consiga resolver essa questão, que como é algo que tem a ver com o ensino, que a professora Armgard
247 fique responsável por marcar essa primeira reunião. Os conselheiros aceitaram a sugestão do professor
248 Vinícius. Ato contínuo a presidente passa ao ponto 7 que é deliberar sobre alteração de vaga do professor
249 Maximiliano – química passar para Administração, relatora professora Tais. A relatora faz um breve
250 relato, diz que devido a aprovação do novo curso de Administração em Tapes, o colegiado se reuniu e
251 achou mais importante nesse momento que essa vaga seja otimizada e passe a um administrador, diz que
252 assim atenderá aos dois cursos que há na unidade em Tapes. Comenta que não é uma vaga nova, que é
253 simplesmente otimizar a área de conhecimento dessa vaga. Que esse processo de reposição está no GAE
254 desde abril de 2015. Em seguida a presidente coloca em discussão, em não havendo manifestação, coloca
255 em votação a alteração de vaga de professor que foi aprovada por 11 votos favoráveis e 3 votos
256 contrários. A conselheira Suzana solicita justificar seu voto contrário no sentido de que agora a relatora
257 está pedindo para trocar, mas quando uma boa parte negou o pedido de abertura do curso de
258 Administração já se sabia das dificuldades que teriam e hoje a relatora pede professor para o curso de
259 administração, depois pedirá professor de economia, de contabilidade e logo precisará de
260 desenvolvimento regional novamente. A professora Fernanda justifica seu voto contrário, diz que faz suas
261 as palavras da conselheira Suzana. Também no sentido de que como já foi mencionado pelo professor
262 Anor anteriormente, que é necessário que se coloque o professor primeiro e após seja solicitado o curso e
263 não o inverso. Em seguida a presidente passa ao ponto 8 que é o pedido de afastamento docente, relatora
264 professora Maria Clara. Porém antes que a relatora comece seu relato, solicita que seja levado a todos os
265 professores e funcionários que sobre os afastamentos, saiu uma normativa da nossa secretaria, os
266 afastamentos para fora do estado ou do país, terão de ser feito com 30 dias de antecedência, os que são
267 sem ônus para o estado e de 60 dias os com ônus. Não chegando nesse prazo, será barrado. Após passa a
268 palavra à relatora que diz que foi solicitado o afastamento da professora Vânia para fazer doutorado em
269 psicologia na Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, pelo período de 5 meses. Esclarece
270 que foram cumpridos todos os determinantes, consultado o diretor regional que é favorável e também foi
271 consultada a planilha do IGA e não há qualquer impedimento para essa professora realizar o seu
272 afastamento, a contar em 1º de agosto. Em seguida a presidente coloca em discussão o pedido de
273 afastamento. A conselheira Suzana diz que já havia se manifestado em outra sessão do Consun para que
274 esses afastamentos fossem suspensos enquanto perdurasse o decreto do governador, porque o governo
275 não está autorizando contratações. Também é necessário urgentemente de um controle estatístico sobre os
276 afastamentos pelo DRH, para subsidiar as decisões desse conselho. O professor Ismael diz que acha
277 importante essa questão, que o próprio DRH poderá fornecer mensalmente para o conselho quem está em
278 afastamento e qual o prazo. O professor Vinícius diz que em relação ao caso que está em pauta, a
279 professora pediu afastamento para concluir o doutorado, e em relação ao colegiado, professores
280 nominados em ata se comprometeram em assumir os encargos docentes da professora Vânia. Após a
281 presidente questiona se mais alguém quer se manifestar, em não havendo manifestação coloca em votação
282 o pedido de afastamento da professora Vânia Roseli Correa de Mello. Solicitação aprovada por
283 unanimidade de votos. Em seguida a presidente passa ao ponto 9 que é o afastamento da professora Kátia,
284 e passa a palavra a relatora professora Maria Clara. A relatora diz que a professora Kátia também cumpriu
285 todos os determinantes, porém o pedido de afastamento dela não é por um período de 5 meses, que ela

286 fará seu doutorado na Unicamp, que está lotada no campus regional II, unidade de Montenegro, que
287 apresentou toda a documentação necessária, a manifestação do colegiado, do diretor regional e também o
288 IGA que possui 35 pontos. Que o período é de 4 anos. O professor João se manifesta no sentido de que
289 entende que não se pode podar o professor na questão da qualificação dele, ao contrário, a Universidade
290 precisa incentivar que os professores se qualifiquem, mas nesse caso específico, faz uma observação, diz
291 que o Consun já havia determinado que fossem 2 anos no máximo os afastamentos. A professora Eliane
292 diz que a questão do mérito do pedido de afastamento é uma política da instituição incentivar a
293 qualificação dos professores, porém lembra que os afastamentos que foram aprovados foram para dois
294 anos, então entende que se deva utilizar o mesmo critério para todos os professores. A presidente lembra
295 que o professor poderá solicitar novo pedido por dois anos, após questiona se todos estão suficientemente
296 esclarecidos, em não havendo manifestação, coloca em votação o parecer da relatora, porém limitando em
297 2 anos o afastamento para o curso de doutorado. O parecer foi aprovado por 13 votos favoráveis e 1 voto
298 contrário. A presidente comenta que a secretária do Consun pediu que fosse esclarecido que como só
299 estavam os números dos processos a relatora acabou invertendo os pontos de pauta, porém isso não altera
300 em nada a votação. Imediatamente passa ao ponto 10 que é homologar o termo inicial do mandato da
301 Comissão Permanente de Pessoal Técnico e de Apoio Administrativo – CPPTA, relatora conselheira
302 Suzana. A relatora faz um breve relato, diz que na classe dos analistas não houve inscritos, na classe dos
303 agentes administrativos será o Rafael Flores Duarte, da unidade de São Luiz Gonzaga e como suplente a
304 Fernanda Silva de Souza da reitoria, na classe dos auxiliares de serviços gerais, Antônio Carlos dos
305 Santos Krauthein da reitoria e na classe dos motoristas não houve inscritos. A presidente questiona se
306 onde não houve inscritos sairá novo edital, sendo esclarecida que sairá edital complementar. Em seguida a
307 presidente coloca em discussão, em não havendo manifestação coloca em votação a homologação dos
308 membros da CPPTA que foi aprovada por unanimidade de votos. Após passa ao ponto 11 que é deliberar
309 sobre a criação de Programa de bolsa-auxílio estudo, para alunos do Curso de Engenharia de
310 Biotecnologia e Bioprocessos que ingressaram nessa graduação na Unidade de São Borja, relator
311 professor Ismael. Porém, antes, solicita que a professora Eliane conduza os trabalhos, pois terá de se
312 retirar por alguns minutos. O relator diz que traz essa questão, pois na última reunião foi feita uma
313 discussão muito grande e que esse assunto foi debatido com o jurídico e traz para a reunião a posição do
314 jurídico com relação a esse encaminhamento. Faz um breve relato sobre o tema e logo em seguida
315 comenta que esse assunto foi discutido na última reunião e foi pedido que se tivesse uma nova forma de
316 encaminhamento desse programa. Após faz a leitura do memorando da Diretora Jurídica, comenta que ela
317 subsidia esse conselho com relação a esta questão. Diz que após debate da comissão, juntamente com o
318 jurídico entenderam que a estrutura mais eficiente para trabalhar com essa questão é a resolução que foi
319 apresentada na reunião anterior e que esses alunos já estão migrando para a unidade de Bento Gonçalves.
320 Solicita que a Diretora Jurídica se manifeste para os esclarecimentos. A professora Maria Clara questiona
321 de onde sairá o valor para essas cinco bolsas. O professor Ismael esclarece que a Universidade não possui
322 uma efetiva realização das bolsas, e que dentro do financeiro se consegue fazer uma reorganização
323 daquele recurso para que se possa realiza-lo de forma mais integral. Após os esclarecimentos a presidente
324 questiona se todos estão suficientemente esclarecidos, em não havendo manifestação coloca em votação a
325 Resolução do Consun que regula o programa especial temporário de bolsa-auxílio estudo para os alunos
326 do curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos na unidade de São Borja. Resolução aprovada
327 por 10 votos favoráveis e 4 abstenções. O professor Vinícius solicita declarar seu voto no sentido de que
328 não recebeu a minuta, que várias questões foram colocadas, mas eram muitas questões e ele não se sente a
329 vontade para votar algo que não sabe o que está votando. A presidente esclarece que a secretaria lhe
330 comunicou que a resolução é a mesma da reunião passada, já com as alterações que foram feitas à época,
331 por esse motivo ela não foi enviada aos conselheiros novamente. O professor Vinícius diz que essa é a
332 questão, que se tivessem recebido um relatório do relator esclarecendo que aqueles eram os pontos que já
333 haviam sido debatidos e o porquê, ele tranquilamente se sentiria a vontade de votar, mas do modo como
334 veio não tem como votar. Logo após a presidente passa ao ponto 12 que é deliberar sobre a 2ª edição do
335 Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado - Unidade em Osório. Relator
336 professor Clódis. O relator diz que esse curso já passou pela última sessão do Conepe, que como é uma 2ª
337 edição o projeto pedagógico permanece o mesmo a única mudança é a do coordenador, que antes era a
338 professora Helena Sardagna e agora é o professor Vinícius Flores. Que ele é um dos cursos que tem o
339 menor impacto financeiro dos cursos de especialização da Uergs, porque ele se dá com uma alta
340 concentração de professores da unidade. Em seguida a presidente abre para manifestações, em não
341 havendo coloca para votação a aprovação da 2ª edição do curso de especialização. Aprovado por
342 unanimidade de votos. Logo a presidente passa ao ponto 13 que é assuntos gerais, passando a palavra

343 para a professora Armgard que fará um relato sobre o Programa de Formação Continuada de Docentes –
344 PFCD. A professora Armgard diz que no ano passado foi feita apenas uma edição do PFCD de forma
345 presencial, que em 2016 foi revisada a possibilidade de ser ofertado esse curso por EAD, que os
346 conteúdos foram organizados de uma forma levemente alterada correspondendo as demandas dos
347 professores no momento em que eles passaram a insistir que a formação continuada versa muito mais que
348 uma pedagogia universitária. Então o PFCD será ofertado a partir de segunda ou de quarta, porque o
349 professor Derive irá inserir a ficha de inscrição e irão organizar 4 turmas. Diz que a ideia é oferecer dando
350 assistência aos professores, dialogando, criando chats e lendo o material que eles irão postar. Que a turma
351 seria de 15 professores e ofereceriam de julho até agosto, que seriam 4 semanas, e com isso chegarão até
352 novembro com 4 turmas de 15 professores. Acha que o conteúdo que ficou remodelado de acordo com as
353 demandas e a modalidade de trabalho ficou muito bom. A presidente esclarece que esse será um programa
354 piloto, porque o programa aprovado pelo Consun foi um programa presencial. O professor João comenta
355 que foi questionado sobre os processos de professores substitutos no caso dos professores afastados por
356 doença. Diz que na sua região tem o caso do professor Lopes e os outros docentes querem saber como
357 está esta questão. A presidente esclarece que o processo dos professores substitutos foi encaminhado para
358 o GAE, para uma liberação. O GAE mandou um e-mail para o DRH da Universidade, dizendo que é
359 tecnicamente inviável. A partir daí estamos negociando politicamente. Diz que o professor Renato,
360 secretário adjunto, assumiu essa ideia e está levando ao governo a importância de que a Universidade
361 tenha a contratação de professores substitutos sem que seja atrelado as vagas que já foram encaminhadas.
362 Que foi encaminhado um processo onde foram citadas todas as vagas, que eram 4 ou 5 vagas de licença
363 gestante, e o que a Universidade precisa é que o governo autorize a contratação para os professores
364 substitutos e que a própria Universidade tenha gerência. Nada mais tendo ouvido, encerro a presente ata
365 que foi lavrada e assinada por mim, Célia Regina Pereira Rodrigues, e pela Conselheira-Presidente a
366 partir de escuta eletrônica, no dia oito de setembro de dois mil e dezesseis.-.-.-.-.-